

VALORIZAÇÃO

Carreira atrativa • Horários adequados

Concursos por graduação • Apoios para todos

Representação justa • Gestão democrática



**Em Defesa de uma
Profissão com Futuro!**



EDITORIAL

António Lucas, Presidente do SPRA

Políticas...

O ano letivo 2024/2025 é o ano de consolidação da implementação do regime de pluridocência no 1.º Ciclo do Ensino Básico e na Educação Pré-escolar. Embora seja ainda prematura qualquer avaliação, os receios de descalabro das aprendizagens vaticinados por velhos do restelo não ocorreu. O processo de ensino-aprendizagem não parece ter sido beliscado pelo fim da monodocência, que, na realidade, já não existia. Se para os alunos não se vislumbram prejuízos, para os docentes os ganhos parecem ter sido substanciais. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos horários de trabalho e, em segundo lugar, no reconhecimento pleno do desgaste profissional.

O Sindicato dos Professores da Região Açores foi surpreendido, no Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional, no passado mês de janeiro, com a apresentação de uma proposta do Governo de regulamentação de incentivos à fixação de pessoal docente. Esta proposta foi materializada em resolução, no dia 11 de fevereiro, sem processo negocial com o SPRA, apesar de ser de negociação obrigatória. A referida resolução não resolve os problemas de fixação de pessoal docente nas ilhas mais periféricas, porque não constitui uma medida de efetiva fixação, mas um mero apoio à deslocação de docentes, agravado pelo facto de constituir, intrinsecamente, um fator de discriminação de docentes dentro da mesma unidade orgânica e, até, dentro do mesmo grupo de recrutamento, já que o apoio não visa fixar, mas, sim, suavizar a oneração da deslocação. Este procedimento intempestivo do Governo constitui, per si, uma demonstração de atabalhoamento

político ou de um tique de maioria absoluta, que, efetivamente, não tem.

Relativamente ao processo negocial de concursos do pessoal docente, o Governo comprometeu-se a enviar uma proposta em dezembro passado, no momento da conclusão do presente editorial, a proposta foi, finalmente, enviada em conjunto com a convocatória para a primeira reunião negocial no próximo dia 18 de março.

Embora, na sua essência, o atual diploma de concursos tenha a nossa concordância, é nosso objetivo introduzir melhorias significativas em aspetos fundamentais para o Sistema Educativo – desde logo, em maior justiça nos Concursos e na estabilidade dos quadros de escola. ●

O processo de ensino-aprendizagem não parece ter sido beliscado pelo fim da monodocência, que, na realidade, já não existia. Se para os alunos não se vislumbram prejuízos, para os docentes os ganhos parecem ter sido substanciais.



“Ferida de ilegalidade”

Resolução do Governo Regional não resolve problemas e exclui sindicatos de processo negocial

No passado dia 11 de fevereiro, foi publicada a Resolução do Governo que regulamenta os Incentivos à Estabilidade de Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores. No entendimento do Sindicato dos Professores da Região Açores, esta Resolução está ferida de ilegalidade e não terá a eficácia anunciada.

Em nota à imprensa, a Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores condena aquela orientação do Governo Regional, que “criará situações discriminatórias, não resolverá a longo prazo o problema da estabilidade do corpo docente e contribuirá para o mal-estar nas escolas, entre docentes que, estando a desempenhar as mesmas funções, são excluídos deste apoio.” “Em consequência”, alerta o SPRA, “apenas poderá contribuir para a instabilidade nas Unidades Orgânicas abrangidas.”

Considerando que a resolução do Governo Regional “está ferida de

ilegalidade pois, tratando matérias de negociação sindical obrigatória, não foi objeto de negociação, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, tomada de posição do SPRA observa:

“Os incentivos previstos na referida Resolução não constituem, efetivamente, incentivos à estabilidade/fixação de pessoal docente, mas meros instrumentos de apoio a deslocações e alojamento”;

“A implementação dos referidos incentivos, nos termos definidos pela resolução terão o resultado evidente de situações discriminatórias entre docentes da mesma escola e, incompreensivelmente,

no mesmo grupo de recrutamento. Tal resultará em conflitos nas escolas, para além da injustiça óbvia de desvalorizar quem, há anos, se tem dedicado aos alunos destas unidades orgânicas – quantas vezes deslocados ou com dificuldades em encontrar casa!”

O SPRA exige a revogação da referida Resolução e o agendamento de reuniões de negociação sobre a matéria em apreço. Caso o Governo não recue nas intenções já concretizadas, o SPRA desafia os partidos com assento na Assembleia Legislativa Regional “para reporem a legalidade com a revogação da referida Resolução.” ●

SPRA
informação.ano XVI.n.º88.fevereiro.2025

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Rui Teixeira |

João Natal | Filipe Campos |

António Dutra | Paula Decq Mota |

Ana Peixoto

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.250 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPRÁ:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14

9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882 118

smaria@spra.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607

spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

graciosa@spra.pt

S. JORGE

Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N

9800-549-VELAS

tel: 961 608 587

sjorge@spra.pt

FAIAL

Rua da Vista Alegre, fração V/W

9900-071 HORTA

tel: 292 292 892

faial@spra.pt

PICO

Rua Comendador Manuel Goulart Serpa, nº 5

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000

pico@spra.pt

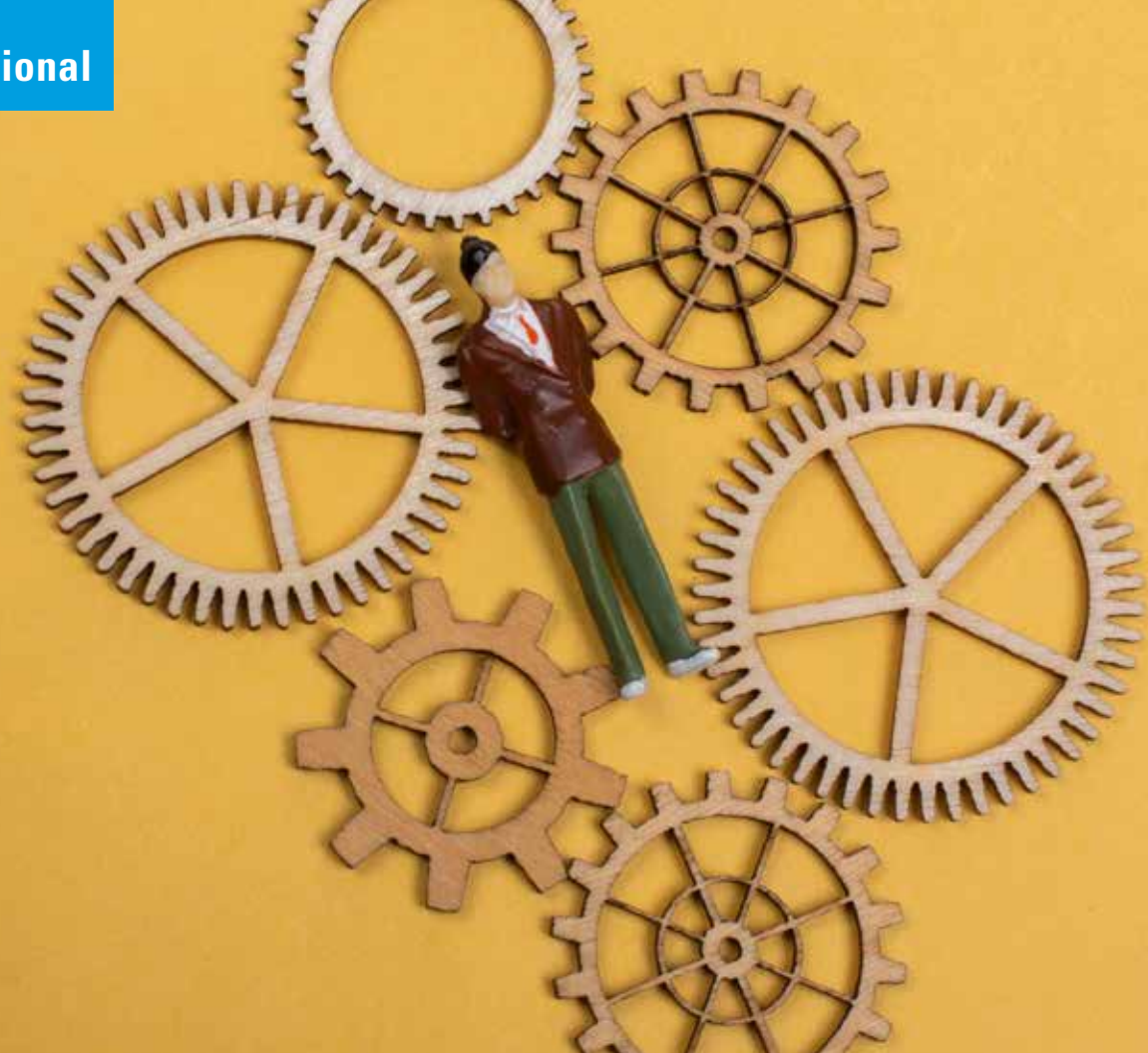
FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tel/ fax: 292 592 976

flores@spra.pt



Presidente do SPRA ao “Diário Insular”

Conjugar sinergias para a abertura de cursos de via ensino ou de complementos habilitacionais



“Embora o reconhecimento e validação dos cursos de e para a docência seja uma prerrogativa do Ministério da Educação, seria de toda a pertinência que o Governo Regional e a Universidade dos Açores, perante o atual quadro legal, conjugassem sinergias para a abertura de cursos via ensino ou de complementos habilitacionais para licenciados que se encontram já a lecionar no sistema Educativo Regional e que não são detentores de habilitação profissional ou própria. Para estes casos, seria, também, importante que estes “complementos de formação” pudessem ser ministrados à distância ou com a ativação de formação nas duas ex-capitais de distrito, nomeadamente em Angra e Horta”

As palavras são do Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, numa entrevista concedida ao “Diário Insular”. António Lucas sublinha que “hoje, o principal entrave para cumprir o desiderato político de uma escola pública de qualidade é a escassez de docentes que se manifesta de uma forma generalizada no país e na Região, sendo que, aqui, tem especial expressão nas ilhas mais periféricas, nomeadamente, Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria.” “As políticas educativas, sobretudo das últimas duas décadas”, lembra o dirigente sindical, “conduziram-nos à situação em que hoje nos encontramos, uma classe docente envelhecida, desgastada e socialmente e economicamente desvalorizada, o que, em última instância, levou ao abandono progressivo dos cursos de formação de professores.”

Respondendo a outras questões colocadas pelo “Diário Insular”, António Lucas afirma: “Temos verificado, nos últimos anos, sobretudo para substituições temporárias, a existência de um número crescente de recurso a

candidatos sem habilitação profissional e mesmo sem habilitação académica e de forma transversal a toda a Região.” Para o Presidente do SPRA, “a situação dos docentes dos Açores é mais favorável do que a dos docentes do Continente, pelo menos, desde que temos um Estatuto da Carreira Docente próprio, ou seja, desde 2007. Os docentes no Continente começam a recuperar tempo de serviço congelado no próximo dia 1 de setembro e os docentes nos Açores terminam a recuperação na mesma data. A nossa perceção, aqui no SPRA, é a de que os docentes que saem do Sistema Educativo Regional para o Continente não o fazem por razões profissionais, mas por razões familiares. Os filhos estão no Continente ou os pais necessitam de assistência.”

“O modelo da educação inclusiva trouxe para a escola as crianças e jovens que no passado estavam em casa, parcialmente institucionalizados ou totalmente institucionalizados”, destaca noutro momento desta entrevista (ver ainda secção “Destaques a uma coluna”). •

Para quando?

Governo Regional adia sem justificação a negociação sobre o diploma de concursos. Resolução dos problemas identificados já só poderá acontecer em setembro de 2026, cinco anos depois de terem sido sinalizados pelo SPRA!*

Há quase um ano, em maio, em reunião com a tutela, o SPRA sinalizou, mais uma vez, a necessidade de rever o diploma dos Concursos, para o melhorar e para corrigir as falhas há muito identificadas. Não se trata de nada de novo – estávamos ainda em setembro de 2021 quando referenciámos estes problemas, manifestando interesse na abertura de um processo negocial que os resolvesse.

Há quatro meses, voltámos a sinalizar esta necessidade, desta vez por ofício. O adiamento da reunião negocial faz pensar que esta matéria estrutural para a Região e para o seu Sistema Educativo não é prioridade para o Governo Regional...

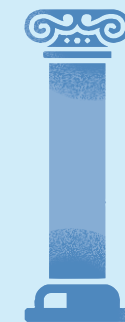
Não são muitos os aspetos a corrigir, cada um deles é importante para os Professores e Educadores! O mais dramático será a exclusão de docentes profissionalizados do concurso para quadros de ilha, por não terem obtido colocação na contratação. Estes docentes viram-se obrigados a trabalhar fora do

sistema educativo regional, para poderem sobreviver! É também grave os docentes colocados em quadros de ilha estarem impedidos de concorrer a quadros de escola noutros grupos de recrutamento.

É urgente fixar os docentes nas escolas. Para isso, é preciso abrir as vagas de quadros de escola que correspondam às reais necessidade do sistema educativo. Só assim será possível reduzir significativamente o número de docentes que, todos os anos, são obrigados a concorrer à afetação, bem como vincular as centenas de docentes contratados a termo que, ano após ano, vão suprimindo as necessidades permanentes do sistema... Estes e outros problemas deveriam ser resolvidos, com urgência!

Parece que, finalmente, abrirá o processo negocial exigido pelo SPRA há mais de 3 anos. Certo é que, por já não vir a tempo, ficará desnecessariamente adiada por mais um ano a resolução destas questões... Ou seja, as alterações ao diploma só poderão ter efeitos em setembro de 2026, mais de 5 anos depois de o SPRA os ter identificado e sinalizado ao Governo Regional! Como diria o Diácono Remédios, “Não havia necessidade” ...

* Artigo redigido em 4 de fevereiro deste ano. À data, desconhece-se se, entretanto, se iniciou (finalmente!) o processo negocial... ou não! •



DESTAQUES A UMA COLUNA

“Os recursos físicos e humanos que a escola moderna exige”

“Embora ainda tenhamos uma taxa de abandono escolar elevada no ensino secundário, a escola pública do presente contém a quase totalidade dos alunos em idade escolar. O modelo da educação inclusiva trouxe para a escola as crianças e jovens que no passado estavam em casa, parcialmente institucionalizados ou totalmente institucionalizados. Não podemos apregoar, politicamente, este avanço civilizacional e simultaneamente não dotarmos as escolas dos recursos físicos e humanos que a escola moderna exige”. | António Lucas, Presidente do SPRA, em entrevista ao jornal “Diário Insular”, 30/08/2024 •



Para a paz é essencial a valorização do trabalho”

“Daqui exigimos que o governo português tome a coragem de defender a paz, de não contribuir, como este e anteriores fizeram, para a manutenção e a escalada dos conflitos, é hora de se posicionarem pelos interesses da maioria e serem obreiros da paz, rejeitando o militarismo e a guerra e cumprindo os princípios da Constituição da República Portuguesa.

E a paz é essencial para melhores condições de vida e de trabalho, do trabalho com direitos e da efetivação e conquista de mais direitos para quem trabalha e trabalhou. Para a paz é essencial uma mais justa distribuição da riqueza por aqueles que a produzem, o que só é possível através do aumento dos salários. Para a paz é essencial a valorização do trabalho e dos trabalhadores e o fim da exploração.

A falta de professores, o lado oculto do problema – o caso exemplar da EBS das Flores

Sérgio Ferreira, Área Sindical das Flores

A insuficiência de professores com formação adequada face às necessidades do sistema é um tema incontornável quando se fala de Educação no tempo que corre. Regra geral, depois de dar conta deste problema, os serviços noticiosos quantificam-no com dados relativos aos docentes em falta e às turmas a descoberto. Pontualmente, a análise avança um pouco para se deter na identificação das áreas geográficas onde o problema, em termos absolutos, se manifesta com maior veemência. Depois disto...o vazio informativo.

O cidadão comum poderá ficar com a ideia – profundamente errada, diga-se – que os efeitos terminam aí. Não obstante, o problema é mais agudo e traduz-se na amputação dos Planos de Escola com a supressão de projetos e na sobrecarga dos docentes com horas extraordinárias, o que se reverbera na qualidade de ensino, na saúde e na vida pessoal de uma classe profissional cada vez mais envelhecida. Os professores deparam-se com este cenário – cada vez mais carregado – em anos sucessivos e, estoicamente, dão-lhe resposta. Centremos a análise no terreno tangível da ilha das Flores que, na sua ultraperiferia, convive com uma “existência continuada de carência de pessoal docente devidamente habilitado” (sic. art.º 82, do ECD, da RAA),

Na EBS das Flores, única Unidade Orgânica (UO) da ilha, neste início de 2.º período, existem 77 horários docentes preenchidos, permanecendo 7 horários desertos, depois de esgotada a lista de candidatos a contrato de trabalho a termo certo e de vagas sucessivas, extenuantes e frustrantes procedimentos de concursos BEPA para aplacar a dura realidade da falta de mais de duas dezenas de professores no arranque do ano letivo.

No início deste mês fevereiro, não se registando turmas ou disciplinas sem professores atribuídos, isso significa que houve sacrifício de projetos da escola e de apoio a alunos e sobrecarga de professores com horas extraordinárias. O caso é particularmente pungente no 3.º ciclo e no ensino secundário, em que 19 dos 36 professores em serviço efetivo neste ciclo/ nível de ensino (53%) realizam trabalho extraordinário. Acresce que destes 36 horários, 10 resultaram de concursos BEPA, o que se traduz na colocação de perfis muito diferentes, exigindo todo um esforço de integração e de acompanhamento pelos professores do quadro (20 em 36, cerca de 55%) que vêm acumulando horas extraordinárias em anos sucessivos, e desempenhando cargos de liderança intermédia além do horário letivo, sendo que um número crescente tem uma idade acima dos 50 anos, não beneficiando da proteção da

redução do número de horas letivas que tem o importante objetivo de zelar pela qualidade de ensino e pela saúde física e mental dos docentes decorrente do desgaste acumulado ao longo da carreira. Nos restantes níveis de ensino, a situação também é preocupante: no pré-escolar há dois horários desertos (grupo 100), no 1.º ciclo registam-se dois horários desertos (110 e 111) e dois BEPA e no 2.º ciclo, 5 horários BEPA e um deserto (250)

Dito isso, urge que os incentivos à fixação de docentes em UO com carência estrutural de professores qualificados, previstos no art.º 89 do ECD da RAA, deixem de ser letra morta na Lei, sob pena da gangrena da falta de professores continuar a propagar-se nas várias vertentes do sistema, subtraindo no processo, devido à exaustão, os que ano após ano, com sacrifício pessoal, têm garantido normalidade possível.

A atribuição destes incentivos, face à premência e natureza do problema, deve ser feita com carácter de urgência e de forma generalizada a todos os docentes da respetiva UO. Protelar a ação é acelerar a falta de docentes. Não generalizar os incentivos a todos os grupos disciplinares é criar divisões e sentimentos de injustiça sobre muitos dos que têm garantido o funcionamento do sistema neste contexto difícil, com consequências que se anteveem negativas. ●

SPRA entrega na Assembleia Regional petição para acabar com discriminação entre docentes

O Sindicato dos Professores da Região Ações entregou, na Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma petição que exige o fim da discriminação dos educadores de infância que prestaram funções em creche antes de setembro de 2023. O SPRA considera que o Governo Regional quebrou o compromisso que assumiu na negociação do atual Estatuto, ao não reconhecer, no posicionamento em carreira, todo o tempo de serviço prestado em creche, criando, assim, uma injustiça, sem qualquer fundamento, que não é, de todo, aceitável.

A petição, dinamizada pelo SPRA, exige a retroatividade da produção de efeitos da contagem do tempo de serviço prestado pelos educadores de infância em creche, para acabar com uma discriminação que o Governo Regional é incapaz de explicar: porque é que trata de forma desigual trabalhadores com condições semelhantes.

Esta inaceitável discriminação elimina uma parte significativa do tempo de serviço prestado pelos educadores de infância, o que contradiz tanto as funções que desempenham, como a importância e a exigência das mesmas. Efetivamente, aos educadores de infância que trabalham nas creches é exigida a aplicação do projeto educativo, a orientação técnica do pessoal não docente e a promoção das respostas educativas e pedagógicas que propiciem a estimulação cognitiva, motora, social, emocional e afetiva das crianças.

Ora, esta realidade educativa e profissional sempre existiu, não tendo passado a ser algo novo desde setembro de 2023, pelo que é incompreensível a postura do Governo Regional dos Açores, para além de ter sido uma quebra do compromisso assumido com o SPRA, durante a negociação do Estatuto.

A petição, que começou a ser dinamizada pelo SPRA no fim de setembro, recolheu em menos de um dia o número de assinaturas necessário para que o assunto seja debatido em plenário no Parlamento Regional. No total, até ao presente, estão recolhidas mais de 500 assinaturas. O Sindicato dos Professores da Região Açores não desistirá e continuará esta luta, dando força à eliminação desta injustiça, que, infelizmente, ainda perdura. ●



Os (As) Educadores(as) em funções nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) dos Açores têm participado com determinação na luta e no protesto que decorre ao nível nacional.

Exemplo dessa intervenção ocorreu no passado dia 11 de setembro. Após o plenário sindical com as Educadoras das IPSS da ilha Terceira, realizado na sede do SPRA e bastante participado, foi aprovada, por unanimidade e aclamação, uma moção em que se exige “uma efetiva aproximação dos horários de trabalho aos dos seus colegas do setor público, bem como o reconhecimento do desgaste físico e psíquico da profissão e a sua materialização nas condições de trabalho.”

A moção foi entregue ao presidente da URIPSSA, no Centro Cultural de Angra do Heroísmo, espaço onde decorria o I Encontro Regional das IPSS.

As Educadoras, apoiadas pela Direção do SPRA, também manifestaram o seu desagrado face às recentes declarações do Presidente da URIPSSA, referentes à proposta de alteração da Lei que determina as condições de abertura e funcionamento da valência de creche, nomeadamente a substituição das Educadoras por um profissional de outra área científica.



Parecer do SPRA

Recuperação de tempo perdido entre carreiras dos docentes das IPSS

O SPRA, em representação das Educadoras de Infância das IPSS, suas associadas, apresentou uma proposta para “a harmonização da carreira docente a este setor, em virtude dos mecanismos aplicados à recuperação do tempo de serviço perdido em consequência das sucessivas alterações da estrutura da carreira docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo DLR nº 23/2023/A, de 28 de junho”.

O Sindicato começa por lembrar que “em 2007, ocorreu um considerável reforço dos poderes legislativos próprios da Região Autónoma dos Açores, ao se considerar que não constituía matéria da reserva dos órgãos de soberania da República legislar sobre o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário”. Nesse sentido, e no uso de poderes legislativos próprios, lembra o Sindicato, “a região aprovou o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, que criou o primeiro Estatuto

do Pessoal Docente do Ensino Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, abandonando a prática de adaptação à região de normas nacionais. Dito de outra forma, iniciou um processo próprio de construção do edifício jurídico aplicável à educação no arquipélago dos Açores sedimentado em atos normativos oriundos do poder legislativo e administrativo regional”, contemplando “os diferentes níveis de ensino, pugnando por uma normalização e harmonização das carreiras quer do setor público, quer do setor privado do ensino.” Nesta lógica, acrescenta a fundamentação do SPRA, “aos educadores de infância em exercício

de funções em instituições particulares de solidariedade social, sediadas nos Açores desde 1 de setembro de 2007, é aplicável o estatuto remuneratório do pessoal docente desta região por força do disposto no n.º 3 das notas relativas às Situações Especiais da Convenção Coletiva do Trabalho publicada no Jornal Oficial, IV Série, n.º 6, de 1 de março de 2007.”

A tomada de posição do SPRA acrescenta, a propósito:

“No espírito e no âmbito desta possibilidade constitucional, a administração regional alterou a estrutura da carreira docente então definida nos

termos do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, e aprovou nova estrutura limitada a um máximo de 34 anos de serviço, para que os docentes e educadores atinjam o topo das suas carreiras – Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 28 de junho.»

Mecanismo de reposição

O SPRA recorda, ainda:

“Para concretização deste princípio, o legislador consagrou, no artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 28 de junho, um mecanismo de reposição do tempo de serviço prestado entre carreiras, permitindo aos docentes e educadores recuperarem o tempo necessário a atingirem, de facto, o topo das suas carreiras decorridos 34 anos de serviço efetivo.” E aponta que “assim, os docentes e educadores pertencentes aos quadros das escolas integrantes do ensino público atingem o topo da sua carreira decorridos estes anos, o que já não ocorre com aqueles que integram o quadro de escolas e valências pertencentes ao setor privado e social da educação.”

“Este facto”, realça o SPRA, “é gerador de grande desigualdade, com docentes e educadores a cumprirem estruturas de carreira diversas, colocando em causa todo o esforço de construção de uma lógica de paralelismo de carreiras e de materialização do princípio de igualdade.”

Recordando que “as Educadoras do

setor social e particular fizeram, desde sempre, uma estrutura de carreira comum ao público, com tempo de permanência nos escalões e duração igual”, o documento sindical observa: “Quando a carreira docente do ensino público sofreu alterações na sua estrutura (tempo de duração por cada escalão) e duração máxima de carreira, ampliando-a, o mesmo ocorreu no particular e social, reforçando a ideia de uma única carreira comum aos diversos setores.”

Mais adiante, pode ler-se:

“A Administração Regional, ao tomar consciência da injustiça subjacente a uma estrutura de carreira com escalões de 6 anos e uma duração máxima de 37 anos, reconfigurou a carreira para um máximo de 34 anos e com escalões de 4 anos e 1 de 2 anos. Por isso mesmo e considerando a perda de tempo de serviço entre as diversas carreiras, que vão no máximo em 3 anos de serviço, aprovou um mecanismo de reposição desse tempo (inter-carreiras), ou seja, o Governo Regional dos Açores pretendeu que todos os docentes no sistema de ensino tivessem uma carreira com duração máxima de 34 anos.”

Calendarização

Neste sentido, lê-se no documento divulgado pela Direção do SPRA, em finais do ano passo, “os docentes e educadores do setor particular e social (que estejam em exercício de funções desde 2008) que venham a contabilizar tempo de serviço superior ao que resulta da soma da duração dos escalões da carreira definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2023/A, de 28 de junho, ou seja, 34 anos, devem beneficiar de um direito à recuperação desse tempo de serviço, devendo esta ser efetuada em moldes idênticos aos aplicáveis aos docentes do público, com a seguinte calendarização:

A 31 de março de 2024, 50% do tempo a considerar, salvo se o tempo total for inferior a 730 dias, situação na qual se reposiciona todo o tempo de serviço, até a um máximo de 365 dias;

Quando aplicável (nas situações em que o tempo a recuperar é superior a 730 dias), o restante tempo após a mudança de escalão.”

“Ao ser reconhecida a situação acima descrita, fica salvaguardada a harmonização e normalização das carreiras dos diferentes setores da educação e o princípio constitucional da igualdade, normalizando uma estrutura de carreira comum, o que aconteceu desde 2005”, conclui. ●

Por isso, poderão sempre contar com a luta dos trabalhadores e com a sua central, a CGTP-IN, por um mundo de paz, solidariedade, cooperação e amizade entre os povos.” | *Da intervenção do Secretário Geral da CGTP-IN, na manifestação “Todos Juntos pela Paz”, Lisboa, 18/01/2025* ●



Estatuto da Carreira Docente na A.R.

“Apesar de só serem necessárias 7500 assinaturas, são mais de 15 000 os docentes que subscreveram uma petição sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), identificando-se com indicação do Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada em que exercem funções.” (*)

Esta Petição, que correu sob a forma de abaixo-assinado, assume, desde logo, a recusa de o ECD poder vir a ser lei, em vez de decreto-lei, o que já foi assegurado, embora só verbalmente, pelo ministério, na reunião realizada no final de dezembro. Contudo, há um outro aspeto de grande importância que esta petição contempla, tendo em conta a competência de fiscalização atribuída à Assembleia da República sobre a ação do governo: a necessidade de o processo negocial respeitar as normas estabelecidas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas relativamente à negociação coletiva e de, num quadro de boa-fé negocial, reuniões em que esteja em causa a eventual assinatura de acordo decorram em mesa única ou em mesas simultâneas. De acordo com aquela lei de valor reforçado, nenhuma organização poderá ser excluída ou ter tratamento distinto ao longo do processo negocial, a partir do momento em que reúna um dos dois requisitos previstos no artigo 349.º A FENPROF reúne os dois.” | *Da nota do Secretariado Nacional da FENPROF, 23/01/2025* ●

(*) A entrega da Petição em protocolo decorreu no dia 24 de janeiro, nos serviços da Assembleia da República

Estatuto da Carreira Docente Firmeza nas negociações!



Revisão
do ECD

FENPROF apresenta proposta aos professores até 7 de março

O Conselho Nacional da FENPROF, órgão máximo da Federação entre Congressos, aprovou, no passado dia 7 de fevereiro, a proposta para a revisão do Estatuto da Carreira Docente, a qual está agora a ser levada à discussão com os professores, em plenários e reuniões de escola/agrupamento, até 7 de março, data em que se realizará um encontro nacional com docentes representantes de todos os agrupamentos e escolas não agrupadas. A discussão com os professores visa a apropriação, pelos docentes, de uma proposta que valorize a profissão, que seja atrativa e que, defendendo-a, seja um fator de mobilização para a luta pela sua concretização. ●

Teve início, no passado mês de janeiro, o processo de negociação entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) e a FENPROF, sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), bem como do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença, que foi incluído neste processo negocial.

À saída da primeira reunião, apesar de registar alguns avanços positivos, Mário Nogueira revelou que é intenção do Governo manter este regime de mobilidade por doença (MpD) como se se tratasse de um concurso, ao invés de um efetivo regime de proteção na doença, e deixou claro que a FENPROF não irá aceitar essa pretensão, tendo reafirmado as suas posições relativamente à revisão do regime de mobilidade por doença.

A FENPROF não se opõe a que o ECD passe a prever a existência de um regime de MpD, contudo, a regulamentação deverá ser feita em diploma próprio, o qual importará ver aprovado, na sequência das reuniões que agora se realizarão, sob pena de, no próximo ano, continuar a ser aplicado aquele que já deveria ter sido alterado e que fortes prejuízos tem causado, quer a docentes que precisavam de encontrar resposta nessa mobilidade, quer a escolas que poderiam beneficiar do seu trabalho.

Três pontos fundamentais

Para a negociação do ECD, a Direção da FENPROF tem destacado três pontos fundamentais:

- 1.º** - Que o processo negocial se conclua este ano letivo, com a realização das reuniões necessárias e não, apenas, à média de uma por mês, como pretende o MECI;
- 2.º** - Que o ECD revisto e valorizado, ao nível dos salários, da carreira, das condições de trabalho e outros aspetos, entre em vigor no próximo ano letivo;
- 3.º** - Que o ECD se mantenha integrado num decreto-lei. O ECD original é de 1990, teve alterações em 1997, 1998, 2003, 2005 (duas vezes), 2006, 2007 (duas vezes), 2009, 2010, 2012 e 2013 e nunca passou a integrar uma lei. E porquê? Porque as leis são competência da AR, mas a AR não tem competências negociais e as matérias que constam do ECD são de negociação obrigatória, entre os trabalhadores, representados pelos seus sindicatos, e a entidade patronal, no caso, o Estado, representado pelo Governo. O Governo aprova decretos-lei e o ECD deverá continuar a integrar um DL. ●



Proposta de Lei do Governo para alteração do RJIES:

Processo de auscultação: consequente ou, apenas, aparência?

No passado dia 6 de fevereiro, o Governo aprovou uma proposta de lei que visa rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

A FENPROF foi chamada a uma primeira reunião de auscultação, realizada em 8 de janeiro último, tendo o ministro Fernando Alexandre solicitado um parecer à proposta que apresentou, assumindo o compromisso de realização de nova reunião antes de 19 de fevereiro, que seria o prazo para elaborar a proposta de lei a enviar à Assembleia da República. Contudo, esta reunião não se realizou e à FENPROF não foi dada qualquer informação sobre o que terá sido (se foi) considerado do parecer que enviou, esclarece uma nota divulgada pelo Secretariado Nacional e pelo Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF.

Referindo que “fica, igualmente, a dúvida sobre se o MECI teve em conta o parecer que o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em 4 de fevereiro”, a Federação acrescenta:

“Esta forma de agir dos responsáveis do Ministério parece confirmar que o diálogo social, para a atual equipa ministerial, é pouco consequente e bastante mais aparente”. E conclui:

“A partir de agora, porque esta proposta de lei será debatida e votada na Assembleia da República, a FENPROF reforçará a sua presença junto do Parlamento, continuando a reunir com os grupos parlamentares e com a Comissão de Educação e Ciência, no sentido de conseguir a alteração dos aspetos negativos da proposta do Governo.” ●



www.fenprof.pt/superior

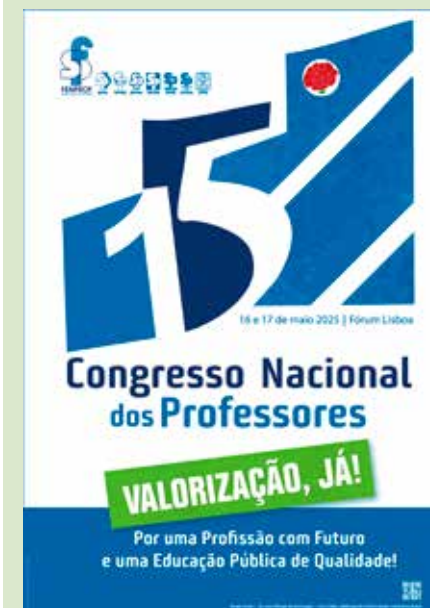


Três dezenas de delegados do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) participarão nos trabalhos do 15.º Congresso Nacional dos Professores, a realizar nos próximos dias 16 e 17 de maio, no Fórum Lisboa.

A assembleia magna da FENPROF decorrerá sob o lema “Valorização, já! Por uma profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade!”. Da ordem de trabalhos do Congresso constarão os seguintes assuntos: - Aprovação do Regulamento de Funcionamento do 15.º Congresso e do Regulamento Eleitoral do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição; - Apreciação do Relatório de Atividades da FENPROF no período compreendido entre maio de 2022 e maio de 2025; - Apresentação, debate e votação de propostas de alteração aos Estatutos da FENPROF; - Debate e Aprovação do Programa de Ação da FENPROF e de Resolução sobre Ação Reivindicativa; - Eleição dos membros do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição.

O prazo de receção pelo Secretariado Nacional da FENPROF de propostas globais sobre o Programa de Ação para o triénio 2025/2028 e sobre a revisão dos Estatutos da FENPROF termina a 28 de fevereiro de 2025.

Chamamos a atenção dos nossos leitores para o regulamento geral do Congresso e para o regulamento específico do SPRA, publicados na edição de janeiro do JF. ●





Rita Teixeira (SPRA): Precariedade no emprego é uma realidade constante para os jovens professores

“Os professores jovens enfrentam há demasiados anos um conjunto de desafios significativos que vão além do contexto de sala de aula”, sublinhou Rita Teixeira na X Conferência da InterJovem.

Depois de afirmar que “a precariedade no emprego é uma realidade constante, com contratos temporários e instabilidade laboral, que dificultam a segurança financeira e o planeamento a longo prazo”, a jovem dirigente do SPRA observou:

“Constituir família é, frequentemente, um desejo adiado pela realidade laboral que nos é imposta. Nos Açores, a realidade insular e arquipelágica agrava a situação. É frequente que, de ano para ano, não se mude apenas a escola, mas também a ilha de residência, com tudo o que isso

implica. A falta de habitação disponível e acessível é um problema que se agravou nos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores.”

Vinculação tarda a chegar

Noutra passagem, Rita Teixeira salientou: “Muitas vezes, nós professores somos obrigados, por falta de alternativa, a aceitar posições com baixos salários e cargas horárias excessivas, em diferentes escolas, sem garantia de continuidade, por se tratar de contratos de trabalho para substituições temporárias. Entretanto, a vinculação a um lugar de quadro tarda a chegar.”

Lembrando que “a desvalorização da profissão tem sido um fator preocupante”, afirmou: “O esforço e a dedicação dos professores nem sempre são reconhecidos ou recompensados, o que pode levar à desmotivação e ao esgotamento profissional. Adicionalmente, a falta de recursos adequados e o excesso de burocracia impedem que os professores possam focar-se plenamente na sua missão educativa.”

“Porém, é importante destacar a resiliência e a paixão que nós jovens professores demonstramos. Apesar dos obstáculos, continuamos a lutar por uma educação de qualidade e a influenciar positivamente a vida dos nossos alunos.” “A esperança”, destacou ainda, “reside na capacidade de resistência e na crença de que a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equilibrada.”

“Promover mudanças estruturais”

Como assinalou Rita Teixeira no auditório do ISCTE, em Lisboa, é necessário “promover mudanças estruturais que garantam, aos jovens professores, melhores condições de trabalho e a valorização profissional. Tem sido esse o trabalho do SPRA, designadamente, defendendo o combate à precariedade, com vínculos de trabalho estáveis, e a valorização salarial, assegurando que para trabalho igual, salário igual, ou seja, que os docentes contratados a termo (maioritariamente jovens) tenham o mesmo salário que um colega do quadro com o mesmo tempo de serviço e habilitações.”

Acrescentou: “Denunciamos a falta de recursos humanos e materiais, que permitiriam uma efetiva e positiva intervenção dos docentes. As situações pedagogicamente mais complexas e exigentes são, por norma, atribuídas aos professores mais novos”. Como referiu a dirigente sindical, “é urgente atrair mais jovens para a profissão”, o que “exige a valorização e o reconhecimento de que, sem o rejuvenescimento da profissão, é o futuro do país e da região que estão em causa”.

Já na ponta final da sua intervenção, lembrou que “a uniformização dos horários entre níveis e ciclos de ensino foi uma extraordinária conquista do SPRA e dos professores dos Açores, que efetivamente permite melhores condições de trabalho. Mas o caminho a trilhar ainda é longo.” “Cá continuaremos a estar, para assegurar um futuro mais promissor para todos”, garantiu. ●

X Conferência Nacional da Interjovem



Vários dirigentes da FENPROF e dos seus Sindicatos participaram na X Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN, realizada em Lisboa, no passado dia 23 de janeiro, no ISCTE, sob o lema “Com os sindicatos. Com os valores de Abril. Defender e organizar os jovens trabalhadores”.

Como referiu no grande auditório do ISCTE Catarina Teixeira, do Secretariado Nacional da FENPROF, sendo a “Educação um dos pilares fundamentais” da nossa sociedade e direito constitucional, a sua consagração é indissociável da Escola Pública, “veículo para a formação integral do indivíduo e fundamental para garantir a igualdade de oportunidades de todas as crianças e jovens”, independentemente da sua condição social.

Na saudação enviada à X Conferência Nacional, a Direção da FENPROF sublinha, a dado passo: “Os jovens trabalhadores, e a isto não escapam os jovens professores, são os que mais sofrem com a precariedade, a instabilidade laboral e os baixos salários. A estes problemas juntam-se outros como a habitação e o custo de vida. É pela organização dos jovens trabalhadores que será possível uma ação reivindicativa que permita a sua emancipação e o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias constitucionais. Nos professores, uma profissão fortemente envelhecida por opções políticas erradas nas duas últimas décadas, a organização dos jovens



professores é, também, um objetivo central dos sete sindicatos que compõem esta Federação.”

Debate e reflexão

A Interjovem, enquanto organização específica da Central unitária, trouxe para a discussão e reflexão a necessidade de os jovens trabalhadores defenderem as conquistas de Abril, garantindo direitos, com destaque para o direito ao trabalho, com salários dignos, vínculos de trabalho estáveis, carreiras valorizadas e horários de trabalho que respeitem o equilíbrio entre a vida profissional, social e familiar. Durante a Conferência, foram muitos os delegados que aproveitaram o espaço para partilhar experiências, quer pessoais e profissionais, quer mesmo aquelas que aconteceram no terreno e nos setores que acompanham ou desenvolvem atividade sindical. ●



Dia Escolar da Não Violência e da Paz

Escolas de todo o país comemoraram o Dia Escolar da Não Violência e da Paz que se assinala a 30 de janeiro. Sessões de cinema, atividades culturais diversas, exposições, debates e outras iniciativas animaram os estabelecimentos de ensino e outros espaços relacionados com as crianças e a juventude. A data foi instituída em 1964, em Espanha, pelo poeta, pedagogo e pacifista espanhol Llorenç Vidal, mas foi acolhida ao nível internacional. A 30 de janeiro (1948), foi assassinado o dirigente e pacifista indiano Mahatma Gandhi. O objetivo do Dia Internacional da Não Violência e da Paz passa por alertar os alunos, os professores, os pais, os políticos e os governantes para a necessidade de uma educação para a paz, que promova valores como o respeito, a igualdade, a tolerância, a solidariedade, a cooperação e a não violência, temas bem sensíveis nos dias que vivemos.

No dia do nascimento de Gandhi, 2 de outubro (1869, Porbandar, Índia), por sua vez, é comemorado o Dia da Não-Violência. ●

Greve nacional nas IPSS

No passado dia 22 de janeiro realizou-se uma greve nacional dos trabalhadores das IPSS, que culminou num grande desfile, com concentração de dirigentes sindicais e trabalhadores (incluindo educadores de infância e professores) junto à sede da CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade), no Porto, para manifestarem o seu descontentamento face ao impasse na revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) deste setor. É inadmissível o adiar da negociação coletiva por parte da CNIS, com o argumento de que ainda não chegaram a acordo com o governo para o novo modelo de financiamento do setor social. Os trabalhadores das



Segurança Social

Um ataque de décadas agora renovado pelo Governo de Montenegro

O Governo quer promover alterações na legislação laboral e criar as condições para reconfigurar a Segurança Social. Os desenvolvimentos recentes, seja por via de declarações recentes, seja pela discussão feita na última reunião da Comissão Permanente de Concertação Social, revelam a dimensão da ofensiva em curso e o verdadeiro objetivo da política que está a ser seguida.

O alerta foi dado recentemente pela CGTP-IN, que observa: “No que concerne à Segurança Social, embora o Governo afirme que não está nos seus planos proceder a alterações de fundo neste mandato, o facto de criar um novo grupo de trabalho, coordenado por quem tem ligações aos fundos privados de pensões, a seguradoras e à banca, sabendo de antemão as conclusões que serão retiradas, abre caminho para a destruição do carácter público, solidário e universal da segurança social.”

“O ataque à Segurança Social, tendo como argumento uma pretensa insustentabilidade, tem décadas. O certo é que na Segurança Social estão cerca de 35 mil e 900 milhões de euros no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social – FEFSS -, que são dos trabalhadores, a que se juntam os saldos positivos do sistema previdencial nos últimos anos, e que servem para garantir a sua proteção, hoje e amanhã”, regista a Central.

Ou seja, “agora, postos perante o facto de o sistema estar a apresentar anualmente saldos positivos e de o Fundo

de Estabilização Financeira ter já atingido o seu objetivo de garantir, no mínimo, o equivalente a dois anos de despesa com pensões de velhice, foi necessário congeminar uma nova justificação para a falta de sustentabilidade do Sistema Público de Segurança Social. E, assim, entra em cena a tentativa de confundir dois sistemas inteiramente distintos, com princípios, objetivos e formas de financiamento muito diferentes, como sejam o sistema previdencial do Sistema Público de Segurança Social e o Regime Fechado de Pensões dos Trabalhadores em

O Governo prepara-se para proceder a uma profunda reforma do sistema de segurança social público, universal e solidário, previsto na nossa Constituição, subvertendo os seus princípios e valores e transformando-o num sistema completamente diferente, com o objetivo de satisfazer os anseios e interesses do sector privado, sobretudo do sector segurador, em ampliar a sua intervenção no domínio da proteção social”, alerta a CGTP-IN

funções públicas sustentado na Caixa Geral de Aposentações, a fim de pôr novamente em causa a sustentabilidade do sistema público, alegando que esta se baseia numa falsidade”.

Legislação laboral

Destacando que “na mesma linha de ataque em curso, está a vontade do Governo de rever a legislação laboral”, a CGTP-IN sublinha que “é mesmo necessário mexer” nessa legislação, “mas

para revogar as normas gravosas que tanto prejudicam os trabalhadores. O que vemos nos locais de trabalho é o aumento da exploração, os baixos salários, o aumento da precariedade, a desregulação completa dos horários de trabalho, o trabalho por turnos e noturno, ao fim de semana e aos feriados, e cada vez mais pressão sempre sobre quem trabalha.”

“Esta”, acrescenta a tomada de posição sindical, “é uma realidade que se agrava, num quadro em que a efetivação do direito à contratação coletiva continua sujeito à chantagem patronal, possibilitada por normas como a caducidade ou a não aplicação integral do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.”

Referindo que “este Governo não tem intenções de resolver os graves problemas há muito identificados”, a Inter salienta:

“O objetivo, expresso no seu programa, é fragilizar ainda mais os trabalhadores e criar mais mecanismos que potenciem as condições para o aumento da exploração. Seja ao nível da Segurança Social, seja no que diz respeito à legislação laboral, o que os trabalhadores, os jovens, os reformados e o País precisam é de uma política diferente, que distribua a riqueza de forma justa, que defenda e invista nos serviços públicos e funções sociais do Estado, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, reconhecendo essa valorização como fundamental para o desenvolvimento do País.”

E conclui a nota da Intersindical:

“Os trabalhadores podem contar com a CGTP-IN para organizar e mobilizar para luta pela melhoria das condições de trabalho e de vida, e este governo pode contar com a CGTP-IN para dar combate a todos os ataques, seja aos serviços públicos, seja aos direitos de quem trabalha”.



UMA SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA E SOLIDÁRIA

17 março—17h00

Sede da FENPROF
Rua Fialho de Almeida, 3 (Lisboa)

(em regime misto - presencial e on-line)
Liga-te no link: <https://tinyurl.com/Seg-Social>

17 de março: FENPROF promove debate sobre Segurança Social

“Uma Segurança Social pública e solidária” é o tema do debate que decorrerá no próximo dia 17 de março, por iniciativa da FENPROF. A sessão decorrerá na sede da Federação, Rua Fialho de Almeida, 3, ao Bairro Azul, em Lisboa, a partir das 17h00, em regime misto: presencial e online. Link: <https://tinyurl.com/Seg-Social>

IPSS, nomeadamente os docentes, não podem aceitar este impasse na melhoria das suas condições de trabalho e na valorização das suas carreiras.

Entre as várias reivindicações dos sindicatos e federações que constituem a comissão negociadora sindical, da qual a FENPROF também faz parte, salienta-se o aumento justo e digno dos salários dos trabalhadores docentes e a eliminação de uma norma, supostamente transitória, mas que vigora até hoje desde 2006, impedindo a progressão na carreira dos educadores de infância na valência de creche.

Contrariamente ao que a CNIS argumenta, estes profissionais têm o mesmo conteúdo funcional que os seus colegas a exercerem no pré-escolar e prestam igualmente serviço docente, conforme até o próprio Ministério da Educação reconhece.

Esta situação não pode continuar! Basta de discriminação! •



Cerca de 3 000 inscritos no Ciclo de Debates promovido pela FENPROF

Preparar os estudantes para entenderem o mundo ao seu redor não é tarefa fácil e exige outra atitude da escola. Ademais, há que encontrar metodologias que ofereçam ao professor formas acolhedoras e eficientes de corresponder aos diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas e formativas. Estas são preocupações que estarão presentes neste que é o quinto Ciclo de Debates promovido pela FENPROF e que, este ano, bate o recorde de inscrições, com umas impressionantes 3000, mais do dobro em relação ao de 2024, que fora o mais concorrido, até então (...). Este será mais um importante serviço que a FENPROF presta aos docentes associados dos seus Sindicatos de Professores, no caso específico, no âmbito da formação, e que teve a extraordinária adesão que se refere no

Aposentação: São cada vez maiores as penalizações

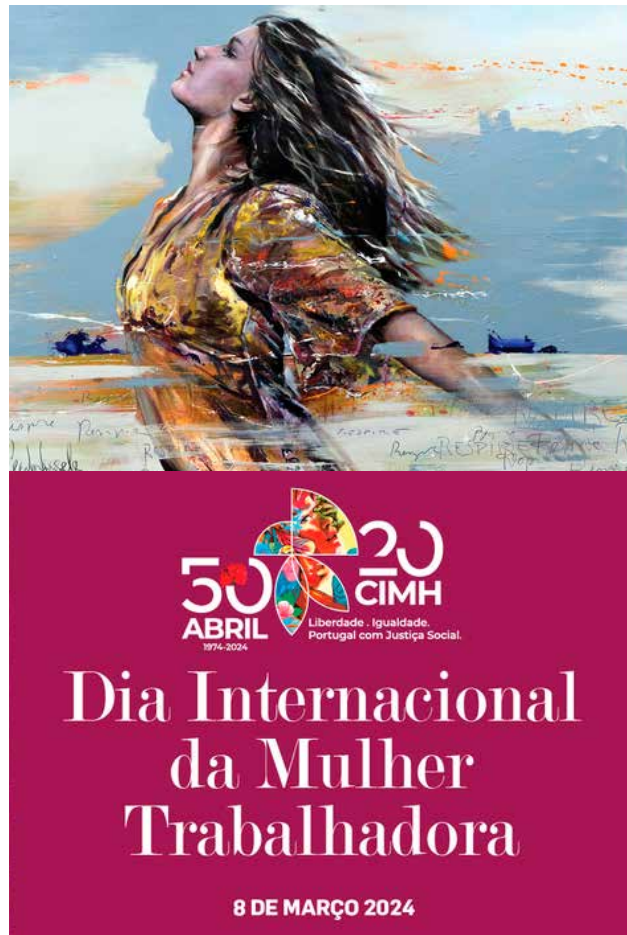
As penalizações aplicadas às aposentações antecipadas, para além de serem injustas, são cada vez mais duras, como prova o mais recente estudo de Eugénio Rosa sobre esta matéria.

N um estudo enviado aos sindicatos, o economista afirma que “o aumento da idade da reforma e aposentação (entre 2013 e 2026) será de um ano e nove meses” enquanto o número de anos saudável (entre 2013 e 2022) teve uma redução de 4 anos. Tal obriga “muitos trabalhadores a pedirem a reforma/aposentação antecipada, sofrendo cortes na pensão (0,5% por cada mês que falte para a idade de reforma)” e sujeitando-se ao “fator de sustentabilidade, que aumentou muito com a alteração da fórmula de cálculo por Passos Coelho/Paulo Portas (entre 2008 e 2025, subiu de 0,56% para 16,93%)”.

Neste trabalho, baseando-se em dados oficiais, Eugénio Rosa analisa, ainda, “o aumento da esperança de vida à nascença em Portugal, a diminuição dos anos de vida saudável dos portugueses, que é inferior à média da U.E., e o aumento a um ritmo elevado da idade de acesso normal à reforma e à aposentação”. Segundo refere, “entre 2013 e 2022, a diferença entre a idade de acesso normal à reforma ou à aposentação e o número de anos de vida saudável aumentou, no nosso país, de 17 anos para 21,9 anos. Esta diminuição do número de anos de vida saudável é uma consequência do agravamento das condições de vida dos portugueses e das crescentes dificuldades do SNS, que torna cada vez mais difícil o acesso aos cuidados de saúde no nosso país”.

Diga-se que “em 2022, os portugueses tinham de trabalhar de 21,9 anos sem vida saudável, para poder obter a pensão completa. A diminuição do número de anos de vida saudável tem obrigado muitos portugueses a reformarem-se ou aposentarem-se antecipadamente. Mas neste caso, sofrem uma dupla penalização – um corte na pensão de 0,5% por cada mês que lhe falte para a idade normal de acesso à reforma ou aposentação e o corte devido ao fator de sustentabilidade que, em 2025, é 16,93%. Este duplo corte reduz significativamente as pensões que são já muito baixas”. Eugénio Rosa reivindica, por isso, que tal deve ser rapidamente alterado e que, pelo menos, “uma das penalizações deve ser eliminada”. •

Ler texto completo em www.eugeniorosa.com/articles/download/535



5 a 12 de março CGTP-IN lança “Semana da Igualdade”

Com o lema “Igualdade no trabalho. Liberdade na vida – Tempo de luta. Futuro de paz”, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens – CIMH/CGTP-IN -convocou a Semana da Igualdade entre 5 e 12 de março, com iniciativas diversificadas em todo o País.

Estão agendados plenários, debates, tribunas públicas, concentrações, greves e manifestações, a par da divulgação de novos estudos sobre a situação atual da mulher no trabalho e da apresentação de novas propostas e exigências junto das entidades patronais e governamentais.

No Dia Internacional da Mulher (8 de março, sábado), será dada particular visibilidade aos problemas associados ao trabalho por turnos, à noite e ao fim-de-semana, que abrange um número crescente de mulheres em Portugal.

A Central unitária recorda que a Semana da Igualdade dá sequência aos 20 encontros temáticos realizados entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025, em todos os distritos e Regiões Autónomas, que antecedem a realização da Conferência Nacional da CIMH, no próximo dia 5 de junho de 2025. •

Coragem e dignidade profissional

O caso é real e não é único. Apesar de não serem frequentes, são cada vez mais e deixam feridas que se prolongam no tempo. Ameaças por parte de encarregados de educação são cada vez mais frequentes. Podem ocorrer apenas uma vez ou todos os meses, serem subtis ou mais claras, serem físicas ou psicológicas. Provavelmente, cada um dos que lerá este artigo já terá passado por situações com pontos em comum com esta. Certo é que não as podemos encarar como normais ou como fazendo parte da profissão.

O caso deste artigo é dos mais graves: prolongou-se por mais de um ano, envolveu repetidas ameaças físicas e ofensas em frente à escola e falsas acusações por parte dos pais. Citamos, porque é impossível encontrar palavras que descrevam melhor o caso. Apesar da “entrega e dedicação total à minha profissão (...) tive um grande sentimento de injustiça e ingratidão.

Passei um ano de grande desgaste físico e emocional, no qual permaneci com essa criança no meu grupo (...), nunca pedi que [a] retirassem, pois sabia que iria sobrecarregar outra colega que a recebesse e que prejudicaria o desenvolvimento e estabilidade emocional dessa criança.

Acabei por ceder e ter de fazer tratamento para a depressão que todo este processo me causou.”

O desfecho favorável em tribunal não elimina as feridas que perdurarão no tempo. Só o tempo dirá se sararão por completo – esperamos todos que sim! No entanto, é difícil ultrapassar a sensação vivida durante aquele ano, de “que não valia a pena trabalhar e dar o meu melhor num País e sociedade que não valorizam a nossa classe nem reconhecem o nosso trabalho e que ainda nos tentam prejudicar.

No final, o que ganhei foi a minha paz e espero que [tenham] entendido que não somos uma classe que baixa os braços e que é capaz de levar a tribunal quem nos desrespeita. Talvez não volte a ter a mesma atitude (...).”

Contudo, o desabafo não se fica pela atitude e ações dos pais:

“Continuo a colocar nas vossas mãos a luta pelo respeito da nossa classe docente e do nosso trabalho. Atendendo à desvalorização e pouco apoio da DRE e das próprias escolas, que não nos protegem devidamente dos pais agressivos e dos problemas gritantes, que passam pelas faltas de material para trabalho diário, falta de recursos humanos (docente, não docente e especializado), ajudem-nos nesta inclusão utópica que não disponibiliza recursos materiais nem humanos e prejudica muitíssimo as crianças.”

Perante este pequeno resumo, não podíamos deixar de cumprir o pedido de quem demonstrou enorme coragem e dignidade profissional:

“Talvez fosse bom começarem a trabalhar também no sentido de ajudar a saúde mental dos professores. Somos muitos a afundar neste sistema degradante.

E passem a palavra para os colegas docentes, que não baixem os braços e que juntos havemos conseguir que nos respeitem.”

Sem dúvida que o sistema educativo deveria fazer muito mais para nos apoiar. Por vezes, parece que está estruturado para o desânimo, para o individualismo, para que cada um se isole e não partilhe as situações que enfrenta. Por isso mesmo, há anos que o SPRA aposta em formações que contribuem para a saúde mental, para compreender e combater o desgaste físico e emocional da profissão e para promover o trabalho em equipa. No entanto, é preciso que se faça muito mais!

Por fim, é importante dizer que quem viveu este caso continua

“a achar que é a melhor profissão do mundo. Continuarei a colocar esperança nesta sociedade pelas crianças que nela crescem.”

Da nossa parte, cá estivemos, estamos e estaremos a apoiar e a dar força a todos os que dão o melhor de si às nossas crianças, a todos os que constroem o nosso sistema educativo! A quem, demonstrando coragem e dignidade profissional, defende a profissão e o sistema educativo, o nosso Muito Obrigado! •

Talvez fosse bom começarem a trabalhar também no sentido de ajudar a saúde mental dos professores. Somos muitos a afundar neste sistema degradante



A Melatonina: um Poderoso aliado

Filipe Pinheiro de Campos, Área Sindical de São Jorge do SPRA

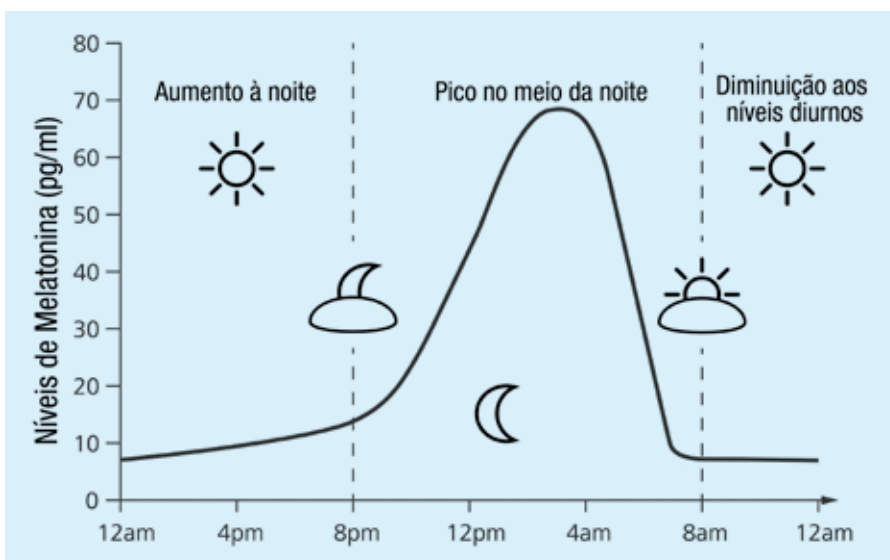


Bem sabemos a importância da qualidade do sono na nossa vida quotidiana. Os professores conhecem bem essa realidade seja por si, seja pelos alunos que encontram logo cansados nos primeiros momentos da manhã. Ensonados, com pouca disponibilidade para aprender e desatentos, mostram sobejas alterações nas ditas funções cerebrais superiores como a linguagem, a atenção, o cálculo e a memória. São constatações evidentes e que em grande parte das vezes se prendem com transtornos relacionados com o ciclo do sono e da vigília. Tais funções são reguladas por neurotransmissores (libertados pelos neurónios), responsáveis pela integração das respostas a nível do sistema nervoso através de processos de neuromodulação.

Assim, qualquer alteração nos meios interno ou externo que possam afetar estes mecanismos, colocam em causa o nível de saúde mental e, naturalmente a qualidade de vida. A aprendizagem está também aqui incluída. Depressões, perturbações da ansiedade e da regulação do ciclo do sono são exemplos vários que se prendem com estas situações.

De entre os muitos neurotransmissores, a melatonina, quimicamente pertencente à família das aminas é aquele que particularmente se relaciona com o sono e com o relaxamento. Produzida pela glândula pineal, num indivíduo saudável, é secretada de modo cíclico, em maior quantidade durante a

noite, nos momentos em que a o nível de luminosidade vai diminuindo e quando o ambiente se torna mais calmo. Tal situação é uma das responsáveis pelo desencadear do sono. Está aqui uma das principais razões pelas quais eliminar fontes de som ou de luz como computadores, tablets ou telemóveis devem ser desligados



neste momento. Bem sabemos aquilo que acontece com grande parte dos nossos alunos. O deitar tardiamente, o ver televisão ou assistir a filmes e vídeos até horas avançadas assim como o hábito de ter o telemóvel por perto, muitas das vezes na própria cama, são assim grandes responsáveis pelos comportamentos a que assistimos durante as nossas manhãs de trabalho (e que se repercutirá ao longo de todo o dia de atividade escolar).

Uma boa higiene do sono, para além das oito horas necessárias em crianças e jovens, passa por eliminar estímulos luminosos, aromáticos e sonoros por serem indutores de uma aceleração do metabolismo que, no seu todo, vão diminuir quer a qualidade quer a quantidade de sono assim como o momento em que o mesmo desponta.

Com a idade, a produção de melatonina diminui, o que explica o facto de os distúrbios do sono serem mais frequentes em adultos e idosos. Quantas vezes nas nossas salas de professores ouvimos as queixas de alguém que dormiu mal a noite anterior e que a vontade de ir para uma sala de aula é pouca... A todos este fenómeno assiste. Imaginemos a situação nos nossos jovens alunos...

Várias outras funções, porventura menos conhecidas, são oferecidas pela melatonina seja o fortalecimento do sistema imunológico, prevenindo algumas infeções víricas; a proteção do sistema nervoso uma vez que, antioxidante como é, protege a degradação dos neurónios, prevenindo problemas vários onde se inclui o Alzheimer, a fibromialgia e a enxaqueca; a melhor resposta na depressão sazonal (durante o período de Inverno); a redução da acidez gástrica, podendo ainda ser útil no tratamento de alguns processos oncológicos ao melhorar o efeito do tratamento dos mesmos ou na diminuição dos efeitos colaterais da quimioterapia e da radioterapia.

Para além da melatonina administrada farmacologicamente e sempre sob supervisão clínica, existem alimentos que contribuem para a sua produção como o arroz integral, a banana, as nozes, a laranja e o espinafre. Sabe-se ainda que são coadjuvantes para uma boa noite de sono o triptofano (presente no peru, leite, carne, aveia, salmão, tomate, queijo branco, kiwi, nozes, amêndoas, leite de arroz e mel), o magnésio (presente no alho, banana, nozes, amêndoas, ameixa seca, pão, feijão e arroz integral, salmão e espinafre), os alimentos ricos em ômega-3 e vitamina D (bacalhau, salmão, leite, ovo, carnes, sardinha e manteiga) e o cálcio (leite e derivados).

Uma boa noite de sono gerará um melhor trabalho escolar por parte dos alunos e dos professores que se verão assim com mais energia, motivação e gosto pelas tarefas a executar uma vez que a atenção e a vigília estão aumentadas assim como o está a disponibilidade de entrega para a prossecução dos diferentes objetivos.

Dada a importância da melatonina e o respeito pelo seu modo de libertação, a existência de ambientes de repouso saudáveis e favoráveis ao sono, não apenas promove a sua qualidade e quantidade como permite que o dia imediato seja vivido com maior alegria, leveza e vontade de trabalhar. Talvez seja aqui que reside tantas vezes a dificuldade (ou a falta de vontade) dos alunos em trabalhar, fruto de uma noite mal dormida, de poucas horas de sono ou de um sono de pouca qualidade a que não é estranha a interferência de aparelhos emissores de luz e som. Não assistir à televisão enquanto se fazem as refeições, tomar uma sopa quente ao jantar, beber um copo de leite quente ou morno antes de deitar são soluções que contribuem para que o problema possa também ser minimizado. Ler antes de deitar, para além do prazer que a leitura induz, é por si só um bom tranquilizante que também nos prepara para uma melhor noite de sono. Receitas simples para algo tão fulcral e tão determinante do dia vindouro!

Uma boa noite de sono gerará um melhor trabalho escolar por parte dos alunos e dos professores que se verão assim com mais energia, motivação e gosto pelas tarefas a executar uma vez que a atenção e a vigília estão aumentadas assim como o está a disponibilidade de entrega para a prossecução dos diferentes objetivos. •

início. (O primeiro debate ocorreu a 29 de janeiro e o último será em 30 de abril. Os debates serão sempre entre as 17 e as 20 horas). Mais informação poderá ser obtida em <https://www.fenprof.pt/ciclo-de-debates-2025>. | O Secretariado Nacional da FENPROF, 27/01/2025 •



Reintegração na CGA

“A FENPROF saúda as recentes decisões judiciais que vêm dar razão aos docentes que requereram a reintegração na Caixa Geral de Aposentações (CGA), contrariando as disposições restritivas impostas pela Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro, que impôs uma alegada “interpretação autêntica” do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, para impedir as reinscrições na CGA. Estas decisões, que consideram a lei interpretativa inconstitucional, por violação do princípio da confiança, confirmam que, no caso, os professores foram indevidamente afastados do regime de proteção social para o qual contribuíram e que a sua reintegração é um direito que deve ser respeitado

Cumpra aqui esclarecer que, para que uma lei nova possa ser realmente interpretativa são necessários dois requisitos:

- que a solução do direito anterior seja controvertida ou pelo menos incerta;
- que a solução definida pela nova lei se situe dentro dos quadros da controvérsia e seja passível de a ela se chegar pela interpretação da lei original (...)

A FENPROF exige que a Assembleia da República e o Governo respeitem estas decisões e procedam à correção imediata desta injustiça, repondo os docentes na CGA sem necessidade de recurso a novos processos judiciais morosos e dispendiosos. A FENPROF continuará a acompanhar atentamente a situação e a apoiar os docentes afetados, utilizando todos os meios ao seu dispor para garantir que os seus direitos sejam respeitados. | Secretariado Nacional da FENPROF, 11/02/2025 •



Dos ciclos

No início do ano escolar retomam-se os hábitos das famílias e das comunidades, criam-se novas expectativas, fazem-se descobertas, é tempo de regressos, de encontros e reencontros, ou melhor dizendo a vida retoma a sua normalidade, tudo volta a começar, e ainda que ao fim do dia se continue a ir às zonas balneares, ou conversar numa das esplanadas onde é possível fazê-lo sem outro ruído que não seja o murmúrio do mar, da brisa suave a enlaçar-se nas folhas das árvores e das palavras soltas, é o prenúncio do fim da estação quente.

Sou professor aposentado e não tenho filhos em idade escolar, o que significa que setembro já não tem o mesmo impacto que teve ao longo de dezenas de anos da minha vida, enquanto aluno e depois numa longa carreira profissional, contudo, as alterações que por esta altura ocorrem continuam a influenciar as minhas rotinas, desde logo por me manter ligado ao meu sindicato e acompanhar a sua atividade, mas também pelos motivos já referidos, isto é, as alterações nas rotinas da comunidade onde estou inserido, pouco ou muito, influenciam o meu dia-a-dia.

A vida não se circunscreve apenas à atividade escolar, contudo, o regresso às

aulas, nos diferentes níveis de ensino, e o decurso do ano letivo marca a agenda da vida das comunidades pois, os diretamente envolvidos no processo representam uma parte significativa das sociedades e, não é só, pois, as dinâmicas criadas com o retomar das aulas induz alterações que influenciam as rotinas de todos nós, por outro lado, a importância que a educação tem na divulgação do conhecimento, da cultura e na formação de cidadãos que se querem pensantes e capazes de fazer escolhas esclarecidas não nos deixa indiferentes pois, no fundo é da preparação do futuro coletivo que falamos.

Tenho opinião, mas hoje não vou dissertar sobre educação e a organização do ano escolar, deixo esse espaço que cabe, em primeira instância, às escolas, às organizações sindicais e à administração educativa regional. Durante esta semana iremos, por certo, ouvir e ler o que sobre o assunto houver para dizer, conquanto a falta de docentes habilitados profissionalmente se esteja, de novo, a verificar, o que não deixa de ser preocupante e, por certo, fará algumas manchetes na comunicação social. Não espero, sobre o assunto, análises holísticas, mas será, no mínimo, exigível que sejam enunciadas a desvalorização social e profissional da profissão, como

“Um professor não ensina tudo...”; então quem ensina o que não é ensinado pelos docentes!? Se é verdade que aos docentes lhes está atribuída a responsabilidade pelas aprendizagens escolares, pela promoção da cultura e a importância do saber e saber fazer, mas, não será menos verdade que a educação é um encargo coletivo

por exemplo as alterações ao estatuto da carreira docente e a criação de um anacrónico modelo de avaliação do desempenho docente, protagonizada pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues e pelo primeiro-ministro José Sócrates, como sendo determinantes para a situação que atualmente se verifica.

“Um professor não ensina tudo, mas ensina quase, quase ... tudo!” Esta é a frase de capa da agenda do professor, para 2024-2025, produzida pela organização sindical a que estou, desde sempre, associado e que como vem sendo habitual, foi distribuída no final do mês de agosto, a todos os educadores e professores sindicalizados na organização de classe que os representa.

A frase foi bem conseguida e reforça a importância da função docente, mas é também um grito de revolta pela atribuição de responsabilidades aos educadores e professores que não são, nem podem ser suas. “Um professor não ensina tudo...”; então quem ensina o que não é ensinado pelos docentes!? Se é verdade que aos docentes lhes está atribuída a responsabilidade pelas aprendizagens escolares, pela promoção da cultura e a importância do saber e saber fazer, mas, não será menos verdade que a educação é um encargo coletivo. Incumbência em que a família e a Escola devem assumir o principal protagonismo e as organizações que promovem a iniciação ao desporto, às artes e outras atividades, educativas ou lúdicas, devem complementar, ou seja, a responsabilidade social pelas crianças e jovens é (deve ser) da comunidade e, como tal, não se pode limitar apenas à Escola.

A família é insubstituível na formação e educação das crianças e jovens, a Escola reforça, complementa e abre os horizontes ao conhecimento, mas não se pode substituir à família, a família também não deve, nem pode substituir-se à Escola. Quando isto se verifica a autoridade, quer da Escola, quer da família, são postas em causa pelos destinatários (os alunos) de onde resulta, obviamente, prejuízo para as crianças e jovens, mas também pode gerar um clima de animosidade e conflitualidade que não beneficia nenhum dos intervenientes e pode prejudicar gravemente, como já referi, os alunos. •

Anibal C. Pires, Ponta Delgada, 3 de setembro de 2024



www.anibalpires.blogspot.com

IV ENCONTRO PELA PAZ

PELA PAZ TODOS NÃO SOMOS DEMAIS

CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DE ABRIL

31 MAIO 2025
SEIXAL

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), em conjunto com diversificadas organizações sociais que, “na sua prática quotidiana, tomam clara e inequívoca posição pública contra a guerra e manifestam sincera determinação em defender os valores da Paz e da solidariedade entre os povos”, anunciou o IV Encontro pela Paz, a realizar a 31 de maio, no Seixal, distrito de Setúbal, entre as 10h30 e as 17h00. Esta iniciativa surge na sequência de anteriores Encontros pela Paz, reafirmando a vontade de continuar a unir esforços em Portugal na defesa da paz no mundo. A FENPROF integra o leque de organizações promotoras. •



O sindicato que marca a diferença!

www.sprapt



Formação Teatro e Dança

Três escolas juntam-se na comemoração do Dia Mundial do Teatro: Escola Secundária Antero de Quental, Escola Secundária Domingos Rebelo e Escola Secundária de Lagoa. No dia **27 de março** de 2025, alunos destas três escolas estarão em palco para apresentar trabalhos desenvolvidos em clubes ou aulas de Teatro, sob orientação, respetivamente, da professora Teresa Soares, do professor Gilberto Cardoso e da professora Maria Beatriz Ponte. Como este ano se assinalam os 50 anos da autonomia, procura-se ir ao encontro dessa efeméride com três temas bem diferentes. Esta atividade, proposta pelo professor Gilberto Cardoso e promovida pelo Teatro Micaelense, insere-se também no Projeto Cultural de Escola da ES Domingos Rebelo, desenvolvido ao abrigo do Plano Nacional das Artes. ●

Gratuito (mediante inscrição prévia)
Teatro Micaelense
Largo de São João – Ponta Delgada
Público-alvo: escolas do 2.º e 3.º ciclos e secundário

Exposição “Solstitium” no Centro Cultural da Caloura

Até ao próximo dia **16 de março**, pode ser visitada a exposição “Solstitium” no Centro Cultural da Caloura (Canada do Castelo, Lagoa, São Miguel), com curadoria do coletivo Cara Lavada, “desafiado a repensar o espólio do espaço criado por Tomaz Borba Vieira há 20 anos”. Na mostra evidencia-se uma reflexão sobre “a identidade através dos rostos presentes nos bustos e retratos da coleção do Centro Cultural da Caloura”, como refere uma informativa dos organizadores, explicando que “a partir de algoritmos de conexão utilizados pelas redes neurais da Inteligência Artificial, pensa-se a curadoria desta exposição através da manipulação e transformação de variáveis da qual depende o reconhecimento facial digital, principalmente através da iluminação”. ●



Exposição “Insight”

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro promove, até **30 de março**, a exposição Insight, de Rita Evangelho. A exposição de pintura Insighté constituída por 11 obras em acrílico sobre tela, que refletem a jornada do sujeito artístico que através de diversos olhares, voltados para a busca da luz, revelam a complexidade das emoções humanas e o anseio por um renascimento. Nesta exposição o público é convidado a descobrir o olhar intuitivo da artista que apreende de modo singular o mundo metafísico das formas e das cores do sujeito implicado no processo de autoconhecimento. ●

Nota Biográfica: Rita Evangelho, natural de Angra do Heroísmo, é psicóloga clínica e artista plástica autodidata. Na pintura encontrou um método para chegar às imagens inconscientes e representar os sonhos. Participa em exposições coletivas e individuais desde 2015, onde expõe a sua arte em diversos eventos de expressão artística. ●

Exposição 11 trabalhos de Rita Evangelho em Angra do Heroísmo

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, em Angra do Heroísmo, promove até **30 de março**, a exposição de pintura Insight, de Rita Evangelho. O certame é constituído por 11 obras em acrílico sobre tela, que refletem a jornada do sujeito artístico que através de diversos olhares, voltados para a busca da luz, revelam a complexidade das emoções humanas e o anseio por um renascimento. Nesta exposição o público é convidado a descobrir o olhar intuitivo da artista que apreende de modo singular o mundo metafísico das formas e das cores do sujeito implicado no processo de autoconhecimento. ●



Workshop
O Orçamento Participativo dos Açores promove nos dias **21 e 22 de março** um Workshop em Acrílico com o artista Martim Cymbron no Pavilhão Multiusos do Corvo. A formação destina-se a crianças a partir dos 8 anos e adultos e tem lotação máxima de 10 participantes em que cada formando pintará duas telas. O encontro formativo vai decorrer no dia 21 de março entre as 18h00 e as 21h00 e no dia 22 de março das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00. ●



Exposição “A Casa Rural Mariense”

A exposição fotográfica “A Casa Rural Mariense”, patente no Museu de Santa Maria, entre **fevereiro e maio** de 2025, mostra um significativo património da ilha de Santa maria que importa conhecer e valorizar. A simplicidade da sua arquitetura, de caraterísticas próprias, diferencia-a das restantes ilhas do arquipélago, tanto pela sua implantação quanto na distribuição territorial. As casas dispersas no espaço rural são representativas da história, costumes e tradições que testemunham o passado e a organização socioeconómica da ilha. ●



Exposição “Espaço Ocupado”

Esta exposição, que pode ser vista **entre 22 de fevereiro e 4 de maio**, no Museu de Angra do Heroísmo, inclui peças nos mais variados materiais e suportes, tais como o bronze, o ferro, o basalto, o gesso, a terracota, o têxtil, a madeira, as técnicas mistas, entre outros, desde a segunda metade do século XX até aos nossos dias. Figurativas ou abstratas, de plinto, de estrado ou de parede, esta seleção de mais de quarenta esculturas de variados escultores e artistas contemporâneos representa o que ainda hoje se faz no domínio da arte, depois de um século de ruturas, vanguardas e revoluções, onde até a sua morte foi proclamada. ●



Exposição “A Baleeira da Ilha de Santa Catarina”

O Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico, apresenta a exposição “A Baleeira da Ilha de Santa Catarina”, de Joel Pacheco, arquiteto/urbanista, fotógrafo e programador visual. Natural de Florianópolis (Brasil), Joel Pacheco dedica-se à pesquisa de temas como paisagem, etnografia e cultura popular e é autor de vários livros como “Florianópolis, a 10.ª Ilha dos Açores”, “A Canoa Baleeira dos Açores e da Ilha de Santa Catarina” e “Arquitetura e Paisagem-Florianópolis e Açores”. A exposição poderá ser visitada no horário normal de funcionamento do Museu dos Baleeiros (das 09h30 às 17h00 e, a partir de 01 de abril, das 10h00 às 17h30). O autor tem sido um ativo divulgador da RA dos Açores no Brasil. Museu do Pico – Museu dos Baleeiros até **27 de abril** ●



16 e 17 de maio 2025 | Fórum Lisboa

Congresso Nacional dos Professores



**Por uma Profissão com Futuro
e uma Educação Pública de Qualidade!**

